



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/MI

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Projeto:

**DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DE ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Relatório:

**A QUESTÃO URBANA E O PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

ROBERTO LUÍS M. MONTE-MÓR
CEDEPLAR-UFMG
BELO HORIZONTE, FEVEREIRO DE 2004



CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANTECEDENTES.....	4
3. MUDANÇAS RECENTES: O CARÁTER EXTENSIVO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA:.....	6
4. O QUADRO ATUAL: IMPLICAÇÕES DA URBANIZAÇÃO EXTENSIVA.....	10
5 .CONCLUINDO: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL:.....	15
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17

1. INTRODUÇÃO

O papel e importância das cidades na organização do espaço econômico têm sido crescentemente reconhecidos, implicando mesmo releituras históricas. A centralidade do fato urbano, referido duplamente à organização do território imediato, e à articulação do espaço econômico em territórios ampliados, gera e amplia permanentemente novas regiões e redes de localidades em seus espaços de influência, redefinindo também novos centros urbanos que comandam cada vez mais amplos espaços de produção e consumo. No mundo contemporâneo, a integração espacial e econômica multi-escalar de economias urbano-regionais domina o cenário mundial e macro-regional e redefine articulações dos territórios nacionais em escalas que variam de regiões continentais a espaços locais.

De fato, das cidades globais e mundiais às Regiões Metropolitanas, incluindo cidades grandes, centros médios e pequenos e novas aglomerações e sistemas urbanos em formação, o que se vê é uma integração crescente em torno das economias urbanas que concentram o dinamismo do setor terciário em expansão e comandam os espaços produtivos industriais e agrícolas cada vez mais dispersos (e integrados) nos territórios. O aumento de fluxos de serviços e informações, além dos movimentos articulados de mercadorias, trabalhadores e de pessoas entre centralidades urbanas e regiões, vêm deslocando para o espaço virtual articulações que exigiam territorialidades concretas.

De outra parte, a produção e o equipamento do espaço urbano-regional e do território ocupado avança na configuração de novas possibilidades de integração e organização gerando novas regiões e fronteiras entre cidade e região e cidade e campo, cada vez mais dificultando distinções rígidas. Definir limites metropolitanos ou rurais e urbanos em regiões tão distintas como o Sudeste ou as fronteiras recentes da Amazônia e do Centro-Oeste torna-se cada vez mais filigrana ou artifício metodológico. A marcha da nova espacialidade comandada pelo tecido urbano-industrial sobre os territórios regionais e nacional é intensa e redefine as possibilidades de articulação sócio-espacial e funcional que podem ser observadas hoje no país. Trata-se, assim, de compreender a reestruturação e

reorganização do espaço econômico e território nacionais a partir das articulações que o fenômeno urbano extensivo contemporâneo impõe e que se redefinem a partir do marco sócio-espacial e histórico-econômico na formação do Brasil.

2. ANTECEDENTES

Por séculos o Brasil ocupou sua costa Atlântica e fez incursões para explorar recursos naturais e expandir direitos territoriais. A dinâmica dos ciclos regionais e a “pata do gado” produziram vilas e cidades, lugares centrais que articulavam a produção de áreas rurais extensas aos portos, para enviá-la aos mercados externos. Poucas cidades costeiras concentravam o capital comercial e o aparato estatal de apoio ao sistema mercantil, permitindo sua continuidade da Colônia ao Império, até a República. A urbanização foi marcada por uma ocupação rural extensiva pontuada por vilas que organizavam redes urbanas frágeis e isoladas, no cerrado, nas florestas e campos, distantes dos centros costeiros que articulavam economias regionais.

A exceção foi a economia mineradora dos setecentos que gerou forte migração interna e externa e deslocou o centro da economia colonial para o sudeste, promovendo a primeira integração parcial do território e economia nacionais e estabeleceu o padrão de concentração que perdura ainda hoje. Essa economia urbano-industrial da Idade do Ouro brasileira, umbilicalmente ligada ao centro do metalismo europeu, produziu um sistema de cidades relativamente complexo e uma forte cultura urbana que só hoje começa a ser desvendada em sua dimensão maior. Provocou a mudança da capital colonial da Bahia para o Rio de Janeiro; o desmembramento da capitania de São Paulo nas capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais; e a articulação de um espaço macro-regional de abastecimento que, além das regiões paulistas e fluminenses vizinhas, atingiu o sul do país e o vale do São Francisco e estendeu-se para oeste, atingindo Goiás, Mato Grosso, até a Amazônia. Minas Gerais tornou-se a província mais populosa e o Rio de Janeiro o principal centro político e econômico, até que a nova indústria fez de São Paulo o estado mais rico do país.



O século dezenove, marcado pelo imperialismo econômico inglês, manteve as limitações à industrialização e a rede urbana pouco se desenvolveu. Sem uma divisão do trabalho cidade-campo expressiva e sem papel econômico importante a cumprir, exacerbou-se a autarquia do campo e a cidade brasileira ficou subsumida na estrutura oligárquica rural. Com a abolição do trabalho escravo e o advento da República as cidades passaram a ofertar bens e serviços centrais às atividades agrícolas dinâmicas. Entretanto, a cidade brasileira permaneceu predominantemente uma cidade política onde a oligarquia rural exercia seu poder. Mesmo cidades planejadas como Belo Horizonte, que tentou combinar a função industrial com os interesses oligárquicos rurais, tiveram seu desenvolvimento limitado pelo papel de cidade política, vitrine de uma urbanidade sonhada nas fazendas do café ou de gado.

Ao final do século dezenove, em que pese a crescente influência norte-americana, a industrialização no país se restringia a redutos progressistas. Capitais regionais e poucas cidades produziam alimentos e manufaturas sob o controle das oligarquias rurais, com esforços incipientes de industrialização promovidos em alguns estados pioneiros. Entretanto, os trabalhadores urbanos já vinham ganhando peso político no Rio de Janeiro, segunda maior cidade da América Latina. Os preços internacionais do café reduziram a forçaram tímida industrialização substitutiva de importações no início do século vinte, mas a indústria nascente sofria com o legado escravista da pequena divisão do trabalho cidade-campo e, sem poder se apoiar em uma base manufatureira prévia, teve que desenvolver internamente altos níveis de integração vertical.

As políticas de imigração internacional a partir do final do governo imperial contribuíram para expandir cidades nas regiões Sudeste e Sul, trazendo trabalhadores urbanos qualificados, acrescidos daqueles que não suportaram as relações semi-escravistas dominantes no campo e se dirigiram às cidades. Mercados cresceram e novas cidades surgiram criando as bases do que viriam a ser regiões metropolitanas. As primeiras décadas do século vinte não viram intensa urbanização generalizada mas sim, grandes

concentrações urbano-regionais. O Censo de 1920 mostrou uma concentração urbana ampliada para além do Rio de Janeiro, com seis capitais estaduais superando 100 mil habitantes e São Paulo atingindo 500 mil pessoas. Em 1940, as duas metrópoles nacionais, Rio e São Paulo, superaram um milhão de habitantes e outras oito capitais regionais superaram os cem mil. A hegemonia do Sudeste e de São Paulo se consolidou e a região metropolitana de São Paulo transformou-se no grande pólo nacional concentrando atividades industriais e de serviços em níveis sem precedência no país.

A partir de 1940, todas as regiões brasileiras apresentaram altas taxas de urbanização, ainda que regiões de fronteiras agrícola e de recursos naturais apresentassem crescimento também da população rural. Em 1960, a região Sudeste já apresentou um decréscimo absoluto da população rural e em 1970, as demais regiões iniciaram sua perda de população rural, à exceção do Nordeste onde se inicia apenas a partir de 1980. No país, a população rural começou a decrescer em termos relativos em 1940 e, a partir de 1970, decresceu em termos absolutos. Estava feita a inflexão rural-urbana no Brasil.

3. MUDANÇAS RECENTES: O CARÁTER EXTENSIVO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA:

Entretanto, as condições gerais de produção e de reprodução coletiva da força de trabalho estavam restritas às cidades industriais e centros regionais onde apenas algumas categorias de trabalhadores recebiam os benefícios que a legislação trabalhista garantia: salário mínimo, férias, pensões, entre outros. O Estado do Bem Estar, embrionário e seletivo, se limitava aos setores econômicos modernos e excluía o campo e centenas de pequenas cidades, sedes de municípios onde serviços urbanos básicos, como água, esgoto, calçamento e mesmo eletrificação, além de educação e saúde, inexistiam ou eram de acesso muito limitado. O urbano-industrial estava restrito a capitais estaduais e cidades industriais ou mercantis regionais e mesmo assim, apenas aos setores modernos.

O crescimento anual médio da população urbana brasileira superou em muito o crescimento da população total, mas os problemas de crescimento e de serviços urbanos (incluindo habitação) ainda não configuravam políticas governamentais; o planejamento urbano estava restrito a casos isolados, tratado como urbanismo de luxo em grandes projetos políticos (novas capitais) ou industriais (novas cidades) que exigiam tratamento formal diferenciado. Problemas de desenvolvimento industrial, integração espacial e territorial e desequilíbrios regionais cresciam no debate nacional, mas questões referentes ao crescimento de cidades e aglomerações urbanas e seu papel na condução e comando do desenvolvimento regional não estavam ainda colocadas, esperariam dias futuros.

O governo Kubitschek criou as bases para as grandes transformações urbanas e regionais nas décadas seguintes. O Plano de Metas trouxe para o nível nacional a experiência mineira centrada na infra-estrutura de transportes e energia como base de investimento para dinamização e integração do mercado interno. Deu nova vida às políticas regionais, em voga desde a experiência norte-americana no Vale do Tennessee e de sua sucedânea brasileira no Vale do São Francisco, resgatando da Constituição de 1946 os investimentos na região deprimida, o Nordeste, e na região vazia, a Amazônia. A nova capital federal construída no Planalto Central acabou por se tornar um dos mais significativos projetos regionais já implementados no país. Contrariando a teoria dos pólos centrados em indústrias-motrizes, a cidade política de onde a indústria foi excluída acabou por transformar-se em lugar central de novo território (maior que a Índia) e em pólo de desenvolvimento das forças que alavancaram a ocupação do interior do país.

Paralelamente, a revolução verde começou a mudar o campo e indústrias ligadas à agropecuária se interiorizaram potencializando investimentos federais e deslanchando, junto com um ambicioso e incompleto programa de rodovias federais, a tão buscada integração nacional. Novas rodovias ligaram Brasília ao triângulo São Paulo-Rio-Minas e às áreas costeiras a sul e norte do país. Um proto-sistema de rodovias não pavimentadas ligou Brasília à Amazônia oriental e ocidental delineando o programa rodoviário que seria

implantado pelos militares. Novo patamar de racionalidade técnica na gestão e planejamento públicos se iniciou, mantida nos governos militares cuja ilegitimidade os fazia particularmente dependentes da racionalidade e suposta eficiência tecnocráticas.

O período Kubitschek significou também uma mudança na orientação nacionalista varguista. O Brasil atraiu capitais estrangeiros em setores fordistas—particularmente na indústria automobilística—estabelecendo regulações quanto ao tempo de nacionalização dos processos de produção, remessa de lucros para o exterior, entre outras. O Estado financiou grupos nacionais e/ou investiu diretamente na produção de caminhões e automóveis em projetos conjuntos de multinacionais européias como a Alfa Romeo, VolksWagen, Renault, Willys, entre outras, que buscavam os mercados internacionais promissores do pós-guerra. Investimentos na indústria siderúrgica, cimento e outros bens intermediários, vagões ferroviários de carga e passageiros, produção de navios e construção pesada, entre outros, foram feitos e/ou estimulados pelo governo federal.

Em 1960, o Brasil já apontava claramente para uma territorialidade mais interiorizada mantendo a opção urbano-industrial centrada nas grandes metrópoles e eixos rodoviários partindo do binômio Rio-São Paulo e promovendo a modernização e integração acelerada do espaço nacional. O crescimento da população urbana a uma taxa anual média de 5,15% atestava a transformação para a qual a década tinha apontado, mas atestava também que as oportunidades estavam concentradas apenas em cidades médias e grandes. Em outras palavras, as condições gerais de produção, incluindo a reprodução coletiva da força de trabalho e o apoio direto à produção, estavam ainda concentradas em poucos pontos discretos do espaço urbano-industrial brasileiro: aglomerações urbanas em torno de algumas capitais estaduais, cidades médias principais e/ou centros mono-industriais objeto de grandes investimentos públicos e/ou privados.

Os militares assumiram o poder e redefiniram as condições para investimentos de capitais externos no país reduzindo as restrições nacionalistas. A Constituição de 1967, outorgada no período militar, abriu o caminho para o crescimento industrial fordista que

ficou conhecido como Milagre Brasileiro. Os níveis de abertura e dependência externa da economia brasileira se aprofundaram com as necessidades de importação, enquanto o crédito e o capital produtivo internacionais fugiam dos baixos níveis de remuneração nas economias centrais financiando investimentos em mercados periféricos como o Brasil. Os padrões substitutivos da produção industrial foram assim modificados e as indústrias na base da cadeia produtiva—bens intermediários e de capital—deram lugar às indústrias fordistas centradas nos bens de consumo durável.

O consumo de bens duráveis modernos implicou o fortalecimento das camadas médias e sua concentração nas áreas urbanas onde os meios de consumo coletivo requeridos para o consumo individual estavam parcialmente disponíveis. Reforçou-se e hierarquizou-se, então, o incipiente sistema urbano brasileiro. Os investimentos se concentraram nas áreas centrais das grandes cidades do Sudeste, capitais regionais e cidades médias. O novo padrão urbano-industrial demandava melhores condições sócio-espaciais para o consumo (coletivo e individual) dos bens fordistas, com concentração espacial da renda nas camadas ricas e médias que constituíam sua demanda efetiva. Um criativo sistema combinado de poupança voluntária e compulsória permitiu a expansão do crédito ao consumidor incluindo segmentos inferiores das classes médias e financiou a produção do espaço urbano nas áreas selecionadas.

Por outro lado, as condições gerais da produção foram estendidas além dos limites das cidades integrando partes dos espaços regionais aos novos padrões de consumo exigidos pela indústria fordista implicando a regulação da força de trabalho (e os benefícios sociais associados); redes de transportes, comunicações e energia elétrica; infraestrutura e serviços de apoio à produção; e o conjunto de serviços urbanos, sanitários e sociais com o objetivo principal de viabilizar o novo consumo e estender um Estado do Bem Estar incipiente e seletivo aos espaços integrados ao tecido urbano-industrial.

Ao final da década de 1970, as condições (urbanas) de produção (industrial) e de reprodução (coletiva) já estavam estendidas muito além dos limites das grandes cidades

incorporando territórios metropolitanos e áreas rurais ao longo das rodovias e conectando cidades e roças aos centros urbano-industriais. Essa urbanização extensiva, que se processa para além das cidades e representa em última instância a dominação final do campo pela lógica urbana, ganhou o espaço regional e se estendeu ao longo das rodovias e sistemas de comunicação e energia cobrindo virtualmente todo o território nacional e carregando consigo, em maior ou menor grau, os serviços urbanos requeridos pela vida (urbano-industrial) contemporânea, desde aqueles básicos ligados à reprodução da força de trabalho até, mais recentemente, os mais complexos de gestão e apoio à produção.

4. O QUADRO ATUAL: IMPLICAÇÕES DA URBANIZAÇÃO EXTENSIVA

Após cinco décadas em aceleração, a urbanização brasileira aponta para uma natureza distinta da produção e organização do espaço no país. O Brasil, que atingiu um grau de urbanização superior a 80% em 2000, deve esta média elevada tanto aos altíssimos percentuais de concentração de população urbana nos seus estados mais populosos e desenvolvidos quanto à intensa urbanização nas regiões de fronteira. Assim, ainda que a taxa anual média de crescimento urbano tenha sistematicamente se reduzido no Brasil nas últimas décadas, os novos padrões de urbanização tanto reforçam a concentração populacional em áreas urbanas conurbadas quanto promovem a desconcentração sobre cidades médias e pequenas.

Pode-se então identificar um duplo padrão de urbanização no Brasil, já manifesto em décadas anteriores, mas hoje apresentando nova natureza e organização. De um lado, um adensamento regional e uma concentração populacional em grandes e médias áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas e na região mais industrializada. A concentração da riqueza e da pobreza nas regiões metropolitanas aprofunda conflitos e confrontos de classes enquanto a desconcentração urbano-industrial sobre cidades médias, e mesmo cidades pequenas vizinhas, os estende potencialmente a toda a rede urbana principal do país.

De outro lado, a extensão da urbanização sobre amplos espaços regionais através das redes de transportes, comunicação e serviços integra as múltiplas e distintas espacialidades e (re)qualifica as relações urbano-rurais, mudando a natureza da urbanização no Brasil. Não se trata mais apenas da urbanização em cidades e vilas. O tecido urbano se estendeu para além das cidades gerando e integrando diversas centralidades e periferias urbano-rurais, estendendo também as relações de produção capitalistas e as condições de produção urbano-industriais por virtualmente todo o espaço nacional. A partir dessa nova urbanização, ao mesmo tempo concentrada e extensiva, articulam-se ações políticas locais e distantes, em processos de competição e cooperação cada vez mais complexos e plurais, tanto internamente quanto entre os centros urbanos e regiões urbanizadas.

O quadro exposto sugere padrões que apontam para novas dinâmicas na urbanização brasileira. Em primeiro lugar, uma expansão e proliferação das aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, com a ampliação das áreas conurbadas e/ou funcionalmente integradas e o conseqüente aumento da participação da população concentrada nessas áreas face ao total da população brasileira . Assim, mesmo com a redução do crescimento populacional nas metrópoles e nos demais pólos das aglomerações metropolitanas e urbanas, suas periferias têm se ampliado de forma a manter alta a participação das áreas metropolitanas no conjunto da população urbana e total do país .

Em segundo lugar, nota-se a multiplicação da urbanização concentrada em centros urbanos isolados em todas as regiões do país. Enquanto as aglomerações urbanas tendem a se concentrar nas regiões mais populosas, os centros isolados se distribuem regionalmente de forma mais equilibrada . Isto evidencia o crescimento urbano e econômico das capitais estaduais e/ou de cidades médias que desempenham forte papel polarizador em regiões menos populosas, constituindo-se muitas vezes em pólos e/ou lugares centrais de serviços em regiões de fronteira de recursos naturais, gerando e articulando redes urbanas regionais. Essas redes urbanas se organizam em função do direcionamento dos fluxos intra- e inter-regionais, articulando-se com as aglomerações urbanas e pólos macro-regionais do país.

Em terceiro lugar, observa-se a proliferação de centros urbanos pequenos e médios articulados em novos arranjos sócio-espaciais, buscando inovações institucionais para a oferta e gestão de serviços municipais e/ou micro-regionais. A este nível, surgem sistemas urbanos locais onde os diversos centros desempenham papéis complementares e desenvolvem ações articuladas entre si. Assim, um ou mais centros podem ser espaços privilegiados dos serviços de saúde e educação enquanto outros congregam os serviços de apoio às bases produtivas da micro-região. A cooperação pode se dar através de associações municipais, consórcios de municípios com finalidades específicas, convênios de cooperação para responder a projetos estaduais, federais ou mesmo de organismos internacionais, públicos e privados. Enfim, a escala local de organização espacial sócio-política e econômica deixa de ser apenas o município para atingir o nível micro-regional ou local expandido, sem com isso eliminar processos de competição para localização de atividades econômicas e/ou atração de funções centrais relevantes.

Finalmente, cabe ressaltar o processo de urbanização extensiva, através do qual o tecido urbano vem avançando sobre o espaço rural e regional redefinindo-o, subordinando-o e integrando-o ao sistema urbano-industrial gerado nas aglomerações metropolitanas e nos centros urbanos principais. A urbanização extensiva é assim a materialização sócio-temporal dos processos integrados de produção e reprodução, resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas à polis. O termo urbanização extensiva, de sua claramente lefebvriana (ainda que não usado por Lefèbvre) visa explicitar também aspectos centrais do pensamento de Lefèbvre sobre o fenômeno urbano aliando à dimensão sócio-espacial da urbanização, mais facilmente identificável, a dimensão política implícita: a praxis urbana. Essa prática teórica, gestada no cotidiano da vida urbana, no espaço privilegiado da reprodução social e combinando produção e reprodução, cooperação e competição, e que era até o período industrial privilégio da cidade, hoje se estende virtualmente a todo o espaço social.

Assim, o urbano, aglomerado e/ou estendido, se apresenta como a espacialidade social contemporânea precípua, resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade e que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço social. É tornada possível pela extensão das condições gerais de produção (e de consumo) que carregam consigo também em direção ao espaço rural e regional, a organização política própria da cidade. A (re)politização da cidade acaba se desdobrando sobre os espaços rurais e regionais como um todo—é hoje todo o espaço social que se (re)politiza. Exemplo expressivo e sintomático deste processo extensivo de urbanização são os movimentos sociais, chamados de urbanos nos anos setenta por sua característica ligada às áreas urbanas, e que perderam sua adjetivação de urbanos nas últimas décadas—estão agora em toda parte, por todo o espaço social, dos centros urbanos às periferias rurais e regionais, ao longo dos cerrados e até a floresta amazônica.

Francisco de Oliveira, já em 1978, identificava o “ovo de Colombo” da urbanização brasileira como o reconhecimento de que as relações de produção capitalistas haviam sido virtualmente estendidas a todo o espaço nacional. E concluía de forma dramática dizendo: “Já não há mais problema agrário, agora se trata do problema urbano em escala nacional.” (Oliveira, 1978: 74). Apesar da agudez de sua compreensão, não há dúvidas de que há aqui uma incompreensão do processo em questão. Não é o problema agrário que se esgotou; a questão agrária continua sendo a base de questões políticas e econômicas (além das sociais) importantes no país; são os problemas rurais que virtualmente se transformaram em problemas urbanos, não dizem mais respeito à cidade ou ao campo, mas sim à sua síntese dialética, o urbano.

Henri Lefebvre, por seu lado, afirmou: “O Campo? Não é mais - não é nada mais - que a ‘circunvizinhança’ da cidade, seu horizonte, seu limite” (Lefebvre, 1999: 24). Mas acrescentou: “...a problemática urbana não pode absorver todos os problemas. A agricultura e a indústria conservam seus problemas próprios, mesmo se a realidade urbana os modifica.” (Lefebvre, 1999: 29). Para Lefebvre, assim, a hegemonia do urbano se impõe

sobre o espaço e “...as contradições não se situam mais entre a cidade e o campo. A contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro 'riqueza-poder' e as periferias, entre a integração e a segregação.” (Lefebvre, 1999: 155).

Ainda que se possa identificar afinidades da abordagem lefebvriana do urbano no argumento de Oliveira sobre a urbanização brasileira, dois aspectos centrais do pensamento de Lefebvre devem ser enfatizados para clarear a idéia de urbanização extensiva: a perspectiva política implícita na extensão da polis e da praxis urbana ao espaço social como um todo; e a dimensão espacial, sempre presente em seus escritos sobre o urbano e o rural e teorizada mais amplamente em na sua discussão teórica sobre a produção do espaço . Oliveira, diferentemente, se centra nas relações de produção e nas necessidades da acumulação capitalista direcionando o consumo coletivo e a gestão pública. A questão política, tratada no contexto do regime militar ditatorial, enfatiza um Estado "capturado" pelas camadas médias urbanas e colocado contra a Nação . Sua percepção "lefebvriana" da importância dos movimentos sociais urbanos consolidando uma praxis urbana já em extensão por todo o território nacional fica evidente.

Quanto à segunda questão, apesar do viés inespacial que tem caracterizado a economia e as ciências sociais, a abordagem de Oliveira (economista, sociólogo e demógrafo) se de um lado limita sua compreensão da totalidade sócio-espacial à metáfora da urbanização e a traduz em termos restritos de relações de produção e do controle (do excedente) do Estado, sem discutir o estatuto teórico do espaço como categoria de análise, de outro expressa implicitamente em sua descrição das relações entre o Estado e o urbano a tríade sociedade-tempo-espaço de que fala Lefebvre . Usando a terminologia de C.W.Mills adaptada por Harvey (1975: 23), sua imaginação sociológica traz implícita uma consciência espacial que, se não dá conta de explicitar com clareza os complexos processos sócio-espaciais do fenômeno urbano, ainda assim os descreve buscando a superação da compreensão de sua simples forma fenomênica, no caso, a urbanização como concentração de pessoas em cidades, núcleos ou aglomerações urbanas.

É neste sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe ao espaço brasileiro para além dos limites das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao contexto hegemônico urbano-industrial através da extensão da base material e infra-estrutural requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto multiplicam-se também fronteiras urbanas, tanto internamente e nas franjas das nucleações e aglomerações urbanas, quanto nos espaços regionais e rurais que vão sendo incorporados à lógica urbano-industrial dominante. A urbanização se estende assim ao longo dos grandes eixos viários de penetração em regiões "novas" como a Amazônia e o Centro-Oeste, como também com os serviços produtivos, de consumo coletivo e de comunicação em regiões "velhas", como o Nordeste, e nos espaços sociais residuais das regiões mais desenvolvidas, como as "ilhas de ruralidade" encontradas no interior fluminense, mineiro, ou sulista, onde tradicionais relações de produção pré-capitalistas apenas começam a dar lugar às transformações advindas da modernidade (ou da modernização do espaço social e de sua produção).

5 .CONCLUINDO: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL:

A extensão virtual do tecido urbano-industrial a todos os espaços do território brasileiro tem como implicação principal o fato de não se poder mais pensar políticas e planos regionais que não estejam focados na articulação das centralidades urbanas entre si e com seus espaços de influência imediata e mediata. São essas centralidades urbanas, em suas dimensões múltiplas, que articulam regiões e definem eixos de desenvolvimento através dos quais a produção e o consumo se organizam e circulam. As redes e sistemas urbano-regionais assim organizadas expressam a lógica urbano-industrial que se estende ao espaço social e econômico como um todo.

Assim também, velhas formas dicotômicas de organização do espaço social, tendo na cidade/campo sua expressão fundante e mais clara, deixam de existir em suas formas puras. Difícil hoje falar de cidade ou de campo como formas e/ou processos sócio-espaciais antagônicos na medida em que seus limites, naturezas e características estão cada dia mais difusos e integrados. Da mesma forma, oposições e contradições do alto período industrial deixam de existir, como o confronto entre o urbano e o rural, ou entre o urbano e o regional. No primeiro caso, se cidade e campo não se apresentam mais como formas e processos substantivos antagônicos, mas estão subsumidos e integrados nessa forma extensiva que chamamos urbano, seus adjetivos perderam função. A forma/processo urbana extensiva, expressão da inflexão final e da dominação da cidade industrial sobre o campo, tudo vem moldando à sua imagem; o que resta do campo são fragmentos e/ou simulacros da vida rural, em níveis diferentes e variados conforme as forças relativas de resistência das formas tradicionais do campo, do mundo e da economia agrária em transformação e integração ao industrial, e do próprio urbano enquanto processo sócio-político e cultural. De certa forma, todos os espaços fora das grandes centralidades urbanas podem ser chamado urbano-rurais, na medida em que encerram processos derivados da cidade e do campo na sua síntese urbana. Se o consumo urbano-industrial atingiu os rincões mais distantes, grandes áreas metropolitanas contêm ruralidades, resquícios da vida campestre, formas outrora arcaicas e hoje revalorizadas e reconhecidas como alternativas para a vida contemporânea.

No segundo caso, definições antitéticas do regional como espaço da produção e/ou do urbano como espaço privilegiado do consumo (coletivo, em particular) tampouco se sustentam mais. Produção e consumo se estenderam junto com a extensão das condições de produção (e de consumo). Os mercados concentrados nas áreas urbanas se articulam e se estendem também para além das regiões urbanizadas e metropolitanas e o espaço regional se organiza a partir das centralidades urbanas. Paralelamente, se a urbanização extensiva abraça todo o espaço regional (e nacional, virtualmente), produção e consumo se tornam cada vez mais imbricados, já não parece mais possível pensar um sem o outro. O urbano e o

regional também se unificam, então, à medida que todo o espaço se politiza, em que a cidadania se estende e a organização política abrange todo o território. O planejamento passa assim a ser sempre urbano-regional, e não poderia ser diferente nesse contexto.

Resta um confronto, uma contradição que vem se agudizando: o urbano, entendido como lógica privilegiada da vida cotidiana, do espaço social e das condições de reprodução, versus o industrial, entendido como lógica privilegiada do espaço abstrato, das condições de produção (e acumulação) capitalista. A crescente mobilização social e política em torno das questões da reprodução—a qualidade de vida, a questão ambiental, o acesso ao consumo e serviços básicos—recoloca a questão urbana em oposição às demandas do industrial. Resolver o desafio desta contradição diante da necessidade do crescimento econômico como condição para democratização do acesso ao consumo e aos benefícios da vida moderna parece ser hoje a dificuldade maior que se impõe ao planejamento urbano-regional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Castells, M. (1983). *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castells, M. (1989). *The informational city : information technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Oxford, UK ; Cambridge, Mass.: B. Blackwell.

Costa, G. M. (1979). *O processo da formação do espaço das cidades mono-industriais*. Unpublished Mestrado em Engenharia de Produção, UFRJ, Rio de Janeiro.

Cunha, A. M. (2002). *São João del-Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Unpublished Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Cunha, M. C. (1992). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Cia. das Letras.

- Delson, R. M. (1979). *New towns for colonial Brazil : spatial and social planning of the eighteenth century* (Vol. 2). Ann Arbor, Mich.: Published for Dept. of Geography Syracuse University by University Microfilms International.
- Fausto, C. (2000). *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Harvey, D. (1975). *Social justice and the city*. London,: Edward Arnold.
- IPEA/Unicamp.IE.Nesur/IBGE (Ed.). (1999). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.
- Jacobs, J. (1969). *The economy of cities*. New York,: Random House.
- Lefebvre, H. (1999). *A Revolução Urbana* (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Lefèbvre, H. (1978). *The survival of capitalism : reproduction of the relations of production* (reprinted). London: Allison & Busby.
- Lefèbvre, H. (1991). *The production of space*. Oxford, OX, UK ; Cambridge, Mass., USA: Blackwell.
- Lojkine, J. (1977). *Le marxisme, l'Etat et la question urbaine* (1. ed.). Paris: Presses universitaires de France.
- Martins, R. B. (1980). *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Unpublished Thesist, Ph.D in Economics, Vanderbilt University, Nashville, Tennessee.
- Marx, K. (1982). *O capital (Crítica da Economia Política) - Livro I: O processo de produção do capital* (R. Sant'Anna, Trans. 7 ed. Vol. I). São Paulo: Difel.
- Monte-Mór, R. L. (1994). *Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In M. S. Santos, Maria Adélia A. de ; Silveira, Maria Laura (Ed.), *Território: globalização e fragmentação* (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur.

- Monte-Mór, R. L. d. M. e. D., Julio Cesar Moura. (1974). Uma área metropolitana sem metrópole. Fundação João Pinheiro: economia, administração, tecnologia, urbanismo, 4(1), 21-30.
- Moran, E. F. (1993). Through Amazonian eyes : the human ecology of Amazonian populations. Iowa City: University of Iowa Press.
- Oliveira, F. d. (1978). Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In J. Á. MOISÉS (Ed.), Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oliveira, F. d. (1982). O estado e o urbano. Espaço e Debates(6), 36-54.
- Paiva, C. A. (1996). População e economia nas Minas Gerais do século XIX. Unpublished Tese de Doutorado em História, USP, São Paulo.
- Paula, J. A. (2000). Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica.
- Paula, J. A. (Ed.). (1997). Biodiversidade, População e Economia: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar:ECMXC:PADCT/CIAMB.
- Reis Filho, N. G. (1968). Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720). São Paulo,: Liv. Pioneira e Ed. da Universidade.
- Reis, N. G. (2000). Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp.
- Reps, J. W. (1980). Town planning in frontier America. Columbia, Mo.: University of Missouri Press.
- Reps, J. W. (1981). The forgotten frontier : urban planning in the American West before 1890. Columbia: University of Missouri Press.
- Santos, M. (1993). A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec.



- Santos, M. (1994). Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec.
- Sassen, S. (1991). The global city : New York, London, Tokyo. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Soja, E. W. (1996). Thirdspace : journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Cambridge, Mass.: Blackwell.
- Soja, E. W. (2000). Postmetropolis : critical studies of cities and regions. Oxford ; Malden, Mass.: Blackwell Publishers.
- Storper, M. (1997). The Regional World. Territorial Development in a Global Economy. New York: London: Guilford.
- Topalov, C. (1979). La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis. Mexico: Editorial Edicol Mexico.